



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	14986/2023
Data do Início	20/07/2023
Folha	24
Rubrica	

REF: Recurso da empresa DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA referente à Concorrência Pública 02/2023.

À Secretaria Requisitante,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta, resumidamente:

- A incorreta análise técnica da sua proposta.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A empresa recorrente alega que sua proposta técnica foi incorretamente avaliada.

À vista disso, devemos pontuar o seguinte:

Cabe uma breve análise da Lei nº 8.666/93, especificamente do artigo 30, II da Lei 8666/93 que entre outros aspectos, estabelece que a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se a mesma detém conhecimento, experiência tanto na parte técnica quanto na parte humana, que sejam consideradas suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado, senão vejamos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	14986/2023
Data do Início	20/07/2023
Folha	25
Rubrica	

das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. ”

Considerando os recentes posicionamentos, para além das regras mencionadas na legislação, temos também os ditames trazidos pelo Tribunal de Contas da União:

“É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes). ”

Ou seja, ao que tudo indica, todos os parâmetros legais foram respeitados pelo instrumento convocatório, uma vez que a capacidade técnica trouxe quantidades determinadas, assim como o objeto (parcela de maior relevância) com sua justificativa presente no próprio edital.

Diante disso, podemos concluir que a comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual inclusive a Secretaria Requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que detém conhecimento técnico para tal.

Ademais, foge da alçada desta especializada analisar as questões apresentadas, uma vez que não detemos de conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da discussão.

Ainda, sobre os questionamentos mencionados na peça recursal, há que se destacar que as respostas a esses esclarecimentos não são de competência desta Comissão, ainda mais quando o assunto abordado se refere às questões técnicas. Assim, a CPL faz somente o aceite dos esclarecimentos e os envia à Secretaria Requisitante, para que ela possa esclarecer de forma objetiva e correta os pontos destacados pelo licitante, como foi feito no presente caso.

Ainda, reforçamos que os esclarecimentos prestados aos licitantes têm força vinculante, preservando sempre a legalidade do ato, não podendo a resposta trazer atos conflitantes com o instrumento convocatório. O tema é encontrado com frequência em decisões de tribunais, vejamos o Acórdão 179/2021-TCU:

“Os esclarecimentos prestados pela Administração ao longo do certame licitatório possuem natureza vinculante, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório. ”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	14986/2023
Data do Início	20/07/2023
Folha	26
Rubrica	

IV- DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA apresentou tempestivamente suas alegações.

V – CONCLUSÃO

No mérito específico das razões recursais apresentadas pela empresa DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, esta Comissão, considerando a matéria de Qualificação Técnica abordada pela Recorrente ser de suma importância e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação da Secretaria Requisitante.

Em 31/07/2023.

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Matr. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira